

ESPAÇO ABERTO

Problemas complexos, soluções simples?

Pedro S. Malan

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

Nós temos mais três anos pela frente e queremos ter algo concreto para a sociedade brasileira aprovar (em 2026). O nosso problema era dinheiro e dinheiro não é mais problema.” Assim falou Lula em 22 de janeiro de 2024, na cerimônia de lançamento do Programa Nova Indústria Brasil (NIB). O NIB define seis grandes missões: construir cadeias industriais sustentáveis, consolidar o complexo industrial da saúde, desenvolver a infraestrutura, promover a transformação digital, desenvolver a bioeconomia e desenvolver tecnologias estratégicas. A opinião pública foi informada de que o plano será guiado por “diretrizes transversais” como inclusão, equidade de gênero, cor e etnia e promoção do trabalho decente. O leque de instrumentos é amplo: subvenções, créditos tributários, participações acionárias, requisitos de conteúdo local, entre outros.

O programa será implementado simultaneamente ao novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este velho novo PAC tem seis eixos,

alguns dos quais semelhantes àqueles da NIB, como transição energética, transporte, inclusão digital e conectividade. Parece haver um problema de governança e falta clareza sobre as implicações orçamentárias da implementação simultânea dos dois programas. Ainda assim, nesta última semana o presidente Lula já declarou ver espaço para um aumento de gasto; e o fez com base apenas na arrecadação extraordinária no mês de janeiro.

O otimismo de Lula pode ser contagiante. Exatamente há um ano, afirmava: “Quando completarmos cem dias, teremos voltado com todas as políticas públicas que deram certo neste país”. É preciso reconhecer, justiça lhe seja feita, que há coerência e consistência em sua visão ao longo do tempo. Em 2018, o livro *Lula: Início da Silva: A verdade vencerá* (Editora Boitempo) trazia rodadas de conversas com interlocutores diversos. A proposta de decisão tomada por Dilma Rousseff em 2014, Lula diz: “Eu, sinceramente, jamais apresentaria um orçamento negativo. Eu teria anunciado: ‘Este país tem tantos bilhões de dólares de reserva, es-

É preciso reconhecer, justiça lhe seja feita, que há coerência e consistência na visão de Lula da Silva ao longo do tempo

te país tem tantos bilhões de compulsório no Banco Central não rendendo nada, nós vamos pegar esse dinheiro’. Fazer como eu fiz na marolinha de 2008, quando peguei R\$ 100 bilhões e coloquei no BNDES. (...) Para gerar emprego, tem que ter desenvolvimento; para ter desenvolvimento, tem que ter crescimento; para ter cresci-

mento, tem que ter dinheiro! Não precisa ir para a universidade para saber disso”. Em setembro de 2009, em imperdível entrevista ao jornal *Valor*, Lula afirmou: “Eu acho que a gente não deveria ficar preocupado em saber quanto o Estado gasta. Eu acho que a preocupação é se o Estado está cumprindo com suas funções de tratar bem a população”.

No mesmo livro, Lula pontifica sobre o critério de escolha de um ministro da Fazenda: “Eu não quero um gênio para ser o responsável pela economia. (...) Eu quero um cara que execute a decisão política que o governo toma para a economia. Porque, se você não tem chefe, se esse chefe não dá ordem, se o chefe não tem objetivo e estratégia, cada um vai fazendo o que bem entende”.

Felizmente, o ministro Haddad, que bem conhece o presidente, tem sido habilidoso em lidar com esta questão não trivial. O ministro seguramente sabe que temos incertezas quanto ao lado das receitas e certas quanto ao lado das despesas e dos gastos tributários. Receitas não recorrentes para cobrir gastos permanentes e crescentes. É um presidente que está convicto de que há gastos que não devem ser considerados como gastos, mas sim como investimentos que levarão inexoravelmente ao crescimento da economia, da renda e do emprego.

Em entrevista concedida à *Folha* em 27/1/2024, o ex-ministro e hoje diretor do BNDES Nelson Barbosa afirma que “erros do passado já foram reconhecidos e consertados”. Há

controvérsias. Mas o autor reconhece que existem “também críticas válidas e vamos ouvir e aperfeiçoar”. Palavras importantes, porque seguramente haverá críticas válidas ao longo dos próximos três anos. Haverá, também, cobrança continuada por avaliação do desempenho dos inúmeros programas, algo que infelizmente não está na nossa tradição. Afinal, uma boa política deve ser medida por sua eficácia, e não pela expressão de sentimentos, desejos e objetivos por alcançar, meritórios como possam ser.

Concluo com André Lara Resende: “A combinação dos gastos e das receitas tributárias – a forma como o governo conduz a chamada política fiscal – é da mais alta importância para o bom funcionamento da economia. A preocupação dos formuladores de políticas públicas deve se concentrar não no financiamento das despesas públicas, e sim na qualidade dessas despesas. (...) Não apenas quanto o Estado gasta e tributa, mas sobretudo como gasta e tributa é da mais alta relevância. (...) O governo pode gastar mal, inflando os gastos com pessoal, criando uma burocracia incompetente e corporativista, subsidiando empresas improdutivas, mas ao menos em tese também pode gastar direito, investindo de forma competente, na educação, na saúde, na segurança e na infraestrutura”. Não é tarefa fácil – mas é indispensável que seja tentada. ●

ECONOMISTA, FOI MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO FHC. E-MAIL: MALAN@ESTADAO.COM

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Epidemia de dengue

Emergência em SP

A dengue atingiu a marca histórica de 1,2 milhão de casos e pode chegar a 4,2 milhões em 2024, preveem as autoridades. O governo de São Paulo decretou emergência: o Estado tem em torno de 150 mil casos. A população incumbe eliminar a água parada, principal foco dos criadouros do mosquito transmissor da doença. Mas o poder público é imensamente responsável pela epidemia, pela destinação incorreta dos resíduos sólidos e a falta de saneamento básico. Segundo o IBGE, 1/4 da população brasileira não tem em casa rede de água e esgoto; 44 milhões despejam dejetos sanitários em buracos ou fossas; e 4 milhões, no mar, em rios ou lagos. O gestor público precisa compreender: sai mais barato investir no saneamento do que construir postos de saúde.

Deri Lemos Maia
derimaia@yahoo.com.br
Araçatuba

Há quanto tempo?

Há quanto tempo a dengue está matando no Brasil? Há quanto tempo há lixões irregulares no País? Há quanto tempo as prefeituras não cumprem a Lei Nacional de Saneamento Básico sobre a coleta, transporte e armazenagem correta do lixo nos municípios? Há quanto tempo as prefeituras não fazem a regularização fundiária, o que gera mais invasões clandestinas, bairros clandestinos e novos lixões, contribuindo com a proliferação do mosquito transmissor da dengue?

José Carlos Fassina
carlosfassina@hotmail.com
Limeira

Três Poderes

E os interesses do País?

Somos governados por ámagos. A razoabilidade e a racionalidade de nossas fictícias lideranças foram substituídas por interesses próprios. O presidente Lula, com seu ámagos aventureiro na busca de reconhecimento internacional, aqui juntando sua ges-

tão e sua diplomacia, insiste no exercício de uma racionalidade própria, mas antagonica aos nossos autênticos interesses. Jair Bolsonaro, igualmente de ámagos absolutista, também renunciou à razoabilidade e abraçou sua racionalidade própria, diferenciando-se por humildemente reconhecer que foi uma “c****da do bem” ter sido eleito presidente. Na Câmara dos Deputados, o ámagos de Arthur Lira, nada republicano, se sobrepõe à razoabilidade, prevalecendo uma racionalidade de chantagens para a obtenção de cargos e a liberação de emendas orçamentárias imorais. Nessa barafunda legislativa, assistiu-se à condução à presidência de comissões importantíssimas de parlamentares de ámagos estelar e imaturos na vivência parlamentar, além de eleitos por influência digital, portanto com a razoabilidade afetada no exercício parlamentar. Quanto aos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), o ámagos destes ultrapassa os entendimentos filosóficos da razoabili-

dade e da racionalidade. Nesta reinança por ámagos, temos dois caminhos: reagir ou naufragar.

Honyldo Roberto Pereira Pinto
honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

Diplomacia

Lula e os autocratas

No editorial *A imoralidade de Lula* (Estado, 8/3, A3), o jornal afirma que “a Lula pouco importa o que autocratas fazem contra a democracia e os direitos humanos – basta que se insurjam contra os Estados Unidos”. Ao que acrescento: pouco importa o que pensa o Itamaraty, basta o que pensa Celso Amorim; pouco importa o que pensa Simone Tebet, basta o que pensa Gleisi Hoffmann; pouco importa o que pensam os eleitores moderados antilsonianistas que garantiram sua eleição, basta o que pensam os companheiros petistas raiz. A continuar assim, *bye-bye, 2026!*

Francisco E. Soares
francisco.soares05@gmail.com
Campinas

Imoralidade

Cumprimento o Estado pelo editorial de 8/3 *A imoralidade de Lula*. Preciso, lúcido e cirúrgico. Quicá pudesse ser considerado pelo cidadão em questão.

Maria A. Bonafe Grinberg
bonagrinerberg@gmail.com
São Paulo

Tentativa de golpe

‘Nunca mais’

Compartilho da opinião do economista Fabio Giambiagi no seu artigo *Nunca mais* (Estado, 8/3, B8), de que “há algo realmente muito errado no Brasil”. O mínimo que deveríamos esperar de nossas lideranças, independentemente de ideologia ou partido político, é que “sinalizem claramente que nunca mais o País deveria assistir a um espetáculo deprimente como o que, desde os mais altos escalões da República, se tentaram encenar em 2022”.

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim